

Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto¹

Lislaine Mara da Silva Guimarães ²
 Maria Tarcisa Silva Bega ³

Recebido em julho de 2022
 Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Sociologia - ProfSocio, defendida no ano de 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. A pesquisa foi realizada buscando apresentar as estratégias adotadas pelo governo do estado na implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), assim como compreender a rotina laboral dos professores de sociologia da Rede Estadual de Ensino do Paraná. A investigação foi realizada por meio de análise documental, relatos da experiência dos professores e alunos, da participação enquanto docente em uma escola pública de ensino médio em Curitiba e de informações qualitativas coletadas via questionário *on-line* semiestruturado.

Palavras-chave: Covid-19; Ensino Remoto Emergencial; Trabalho Docente.

Introdução

Já é lugar comum tratar do impacto da pandemia do novo coronavírus no cotidiano da população mundial, seus rebatimentos no caso brasileiro e seus impactos na educação formal. Uma nova agenda de pesquisas foi inaugurada a partir dos primeiros casos anunciados em final de 2019 na China e, no caso brasileiro ela se tornou premente em função da imensa desigualdade social combinada à inação do governo federal no seu

¹ GT 05 – Sociologia na educação básica.

² Graduada em Ciências Sociais (2009). Especialista em Coordenação Pedagógica (2014) e Educação Especial Inclusiva (2017). Mestra em Sociologia (2021). Doutoranda em Educação (UFPR). Professora de Sociologia vinculada ao Governo do Estado do Paraná. Atua como Diretora Auxiliar no Colégio Estadual Professor Francisco Zardo. URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5675758843023061> E-mail: lislaineguimaraes@yahoo.com.br.

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1974), Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1990), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutora em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2016). Professora Titular da Universidade Federal do Paraná. Atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3581133293519315>. E-mail: tarcisa.silva@gmail.com.

enfrentamento. No caso particular da educação, todas as práticas dominantes foram colocadas em xeque, em função da migração repentina e obrigatória para o ensino no sistema virtual/remoto. Nesse sentido, objetiva-se apresentar os resultados de pesquisa participante, realizada ao longo do ano de 2020, discutindo as estratégias utilizadas pelo governo do Paraná para a educação básica pública, tendo como referência a nova rotina imposta aos professores.

Este trabalho no primeiro item descreve a suspensão das aulas presenciais e as diferenças entre o ERE e a educação a distância (EAD). No item seguinte expõe como o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), mantenedora do ensino fundamental II e ensino médio administrou este novo cenário, apresentando um relato cronológico da implementação e organização do ensino remoto emergencial (ERE) e alguns relatos dos estudantes. No terceiro item, apresenta relatos dos docentes de sociologia sobre o ensino e as novas condições de trabalho impostas. Conclui-se com algumas reflexões a partir do cotejamento da bibliografia que trata da aceleração do ritmo e tempo de trabalho e escolhas político-administrativas da gestão da educação no Paraná.

A suspensão das aulas presenciais e o Ensino Remoto Emergencial (ERE)

Nesse contexto de pandemia de Covid-19, as aulas presenciais na educação básica e no ensino superior foram suspensas por tempo indeterminado em vários países. De acordo com o “Monitoramento global de fechamento de escolas causados pelo Covid-19” realizado com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO, na data de 17 de março de 2020, constatou-se que 827.846.376 estudantes foram afetados com o fechamento das escolas, representando 47,3% do total de alunos matriculados em escala global (UNESCO, 2020).

Numa tentativa de manter o processo de ensino-aprendizagem e diminuir o impacto no calendário letivo, as instituições de ensino no Brasil foram autorizadas, em caráter excepcional, a suspender as aulas presenciais, através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre a substituição

das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Com a suspensão das aulas presenciais, tornou-se necessário continuar a oferta de aulas em diferentes meios tecnológicos para evitar a propagação do coronavírus e manter o distanciamento social. Cada estado optou por utilizar diferentes ferramentas tecnológicas, dentre elas TV aberta e Internet, para manter o processo de ensino e aprendizagem.

Cabe destacar que aulas remotas e Educação a Distância (EAD) diferem em sua metodologia: a primeira é uma aula ministrada em meios digitais com duração semelhante a aula presencial; já a segunda pressupõe um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) planejado e gerenciado por docentes que elaboram as aulas e organizam o conteúdo educacional com atividades adequadas ao perfil do estudante.

Portanto, o que define a EAD não é apenas a tecnologia, mas sim, a sua estrutura didático-pedagógica baseada na flexibilidade e numa interação não presencial adaptada ao perfil do estudante, assim como o devido credenciamento das instituições que se especializaram atendendo o disposto na legislação para ofertar essa modalidade de ensino.

O ERE ofertado nesse período de pandemia de Covid-19, assemelha-se a EAD apenas no quesito tecnologia, mas difere por completo em sua metodologia de ensino, pois as aulas remotas são centradas na figura do professor transmissor de conteúdo com alunos receptores. As interações virtuais foram improvisadas, consequentemente as leituras, atividades e avaliações não utilizaram metodologias e ferramentas diversificadas para atender as necessidades de todos os estudantes.

A proposta de ERE do governo do Paraná dividiu opiniões entre os membros da comunidade escolar. Por um lado viabilizou a oferta contínua das aulas, conteúdos

e atividades para uma parcela considerável de estudantes com acesso a recursos tecnológicos. Por outro não contemplou aqueles em condição de vulnerabilidade social, decorrente de fatores socioeconômicos e, consequentemente, sem acesso a recursos tecnológicos, tais como aparelho de TV, smartphone e computador.

De acordo com a pesquisa (TIC) Domicílios, divulgada em 2019, 70% dos lares brasileiros localizados em áreas urbanas têm acesso à internet. No entanto, a análise por classe social revelou grandes disparidades, pois entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; nos patamares mais baixos da pirâmide (classes D e E), esse índice cai para 59%. Além disso, a pesquisa ainda revelou que, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular.

Para minimizar essa desigualdade de acesso às aulas remotas e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED/PR) informou que os alunos sem acesso a recursos tecnológicos poderiam, quinzenalmente, buscar e entregar as atividades em material impresso nos seus colégios, no mesmo dia em que o kit de merenda escolar seria disponibilizado para os alunos inscritos no programa Bolsa Família.

Ensino Remoto Emergencial (ERE) na rede estadual de ensino do Paraná

No estado do Paraná, as aulas presenciais foram suspensas em todas as escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas e universidades públicas, mediante decreto nº 4.258, de 17 de março de 2020. No período entre 20 de março a 03 de abril de 2020, foi decretado recesso escolar nas escolas da rede pública estadual do Paraná e nesse curto tempo de recesso, a SEED, na condição de mantenedora do ensino fundamental II e ensino médio, começou a organizar o ensino remoto emergencial (ERE) para atender cerca de 1 milhão de estudantes da rede pública estadual, distribuídos em 399 municípios.

De acordo com a APP-Sindicato (2020), o governo em caráter emergencial – amparado pela Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do coronavírus e autoriza compras sem licitação para o combate à

pandemia – investiu em torno de 22 milhões de reais na contratação de empresas privadas para implantar um projeto de ensino a distância, com o pagamento de aproximadamente: 20,9 milhões de reais destinados às empresas de telefonia celular, contratadas para o uso de dados pelo aplicativo Aula Paraná; 900 mil reais para TV Record, emissora contratada para transmitir aulas através de canais abertos; e, por fim, 300 mil reais, para a IP-TV LTDA, para elaboração de uma “plataforma de streaming que dialogue com as operadoras de telefonia móvel” (APP- SINDICATO, 2020, p.1).

As aulas remotas para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica começaram a ser transmitidas no dia 6 de abril de 2020 em TV aberta, no Youtube e no Aplicativo Aula Paraná (disponível para celulares Android e IOS sem custo de dados móveis para os usuários). No entanto, os docentes não receberam do governo treinamento prévio para acessar e utilizar as ferramentas educacionais disponibilizadas, bem como equipamentos de trabalho (computadores, smartphones, conexão com a internet, entre outros) para acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e elaborar conteúdos e atividades. Mesmo que de forma virtual, a SEED poderia ter realizado um momento prévio de capacitação, explicando as funcionalidades do sistema de ensino remoto. Isso só ocorreu após o ERE já ter sido implantado.

Nesse contexto, todas as informações sobre o funcionamento do ERE eram recebidas, principalmente, via grupos de *Whatsapp* da escola, por meio de mensagens, áudios e vídeos de funcionários do Núcleo Regional de Educação (NRE) e da mantenedora (SEED). A proposta de implantação do “novo modelo de ensino a distância” foi apresentada em uma “*live*” pelo Secretário de Educação e sua equipe no dia 08 de abril de 2020. Sendo que as aulas começaram a ser exibidas na TV aberta no dia 06 de abril de 2020. A SEED também disponibilizou um e-mail e telefone para esclarecer dúvidas e auxiliar professores e funcionários no acesso ao sistema de ensino remoto. Contudo, esses canais de comunicação ficaram sobrecarregados e muitos professores não conseguiram atendimento.

O aplicativo Aula Paraná e a plataforma *Google Classroom*, apresentaram instabilidade no início de seu funcionamento, pois estavam sendo alimentados continuamente com os dados dos alunos e professores. A SEED informou que seria

necessário aguardar para utilizar esses serviços até 13 de abril 2020 nas escolas. Após esse prazo, o sistema continuou instável e passou por várias atualizações. Nesse período foram disponibilizados, via *Whatsapp* e redes sociais, vídeos com tutoriais para acesso dos professores e estudantes. Também foram exibidas duas *lives*, em 24 e 30 de abril, com o secretário da educação e sua equipe, sobre as funcionalidades da plataforma *Google Classroom*.

Ao longo do mês de abril, maio e junho foram disponibilizados mais tutoriais e *lives* sobre o ERE e as funcionalidades do AVA. Os professores tiveram que se adaptar para cumprir as novas exigências do trabalho remoto e os alunos passaram a assistir as aulas remotas pela TV aberta e no *Youtube* e a realizar as atividades assíncronas no AVA.

A frequência dos alunos passou a ser contabilizada pela realização das atividades assíncronas no *Google Classroom*. Os professores foram orientados a atribuir nota para os alunos que estavam realizando as atividades assíncronas e contabilizar as presenças proporcionais ao número de atividades realizadas pelos estudantes no Livro de Registro de Classe On-line (LRCO). Para os alunos que estavam realizando atividades impressas o professor deveria ir até a escola, retirá-las e atribuir nota e presença proporcional no LRCO.

O professor, para registrar sua frequência no trabalho remoto, deveria realizar uma postagem de conteúdo no mural de suas turmas no *Google Classroom*, no dia em que suas aulas seriam ministradas e, preferencialmente, conforme seu horário de aula no colégio. No período noturno, os docentes foram orientados a realizar suas postagens a partir das 18 horas, para justificar o recebimento de adicional noturno. Essas postagens diárias não poderiam ser programadas no sistema e a orientação da mantenedora é que deveriam conter no mínimo 44 caracteres com um conteúdo da disciplina ou uma mensagem de incentivo para os alunos.

Caso o professor não realizasse a postagem, sua presença não seria contabilizada pelo programa de análise e geração de relatórios *Power Bi*⁴, acarretando falta que seria confirmada pela direção e encaminhada ao setor de Recursos Humanos

⁴ O *Power BI* é um serviço de análise de negócios e dados da desenvolvedora Microsoft. Utiliza uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas.

da mantenedora para desconto em folha de pagamento. O docente poderia acompanhar sua frequência e conferir se o *Power Bi* registrou sua postagem, através do programa Presença EAD que disponibiliza um relatório semanal.

No mês de julho, entre os dias 20 a 28 de julho de 2020, foi decretado recesso escolar e no dia 01 agosto a SEED – junto com o comitê de volta às aulas – apresentou um protocolo de retorno das aulas presenciais no Paraná, com intenção de retorno para setembro, mas sem uma data definida que só seria marcada e oficializada quando autorizado pelas autoridades da Secretaria da Saúde.

No mês de agosto cria-se uma expectativa do retorno das aulas presenciais. A imprensa mensalmente anuncia um possível retorno e mostrava como as escolas da rede pública estavam preparando sua infraestrutura para garantir os protocolos de segurança necessários para evitar a propagação do coronavírus.

Estes protocolos estabeleciam medidas de segurança sanitária e pedagógicas, compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e retorno de forma escalonada por região do estado, conforme desenvolvimento da pandemia. A SEED também informou que os responsáveis pelos alunos que optasse pela não participação das aulas presenciais, poderiam continuar exclusivamente no ensino remoto.

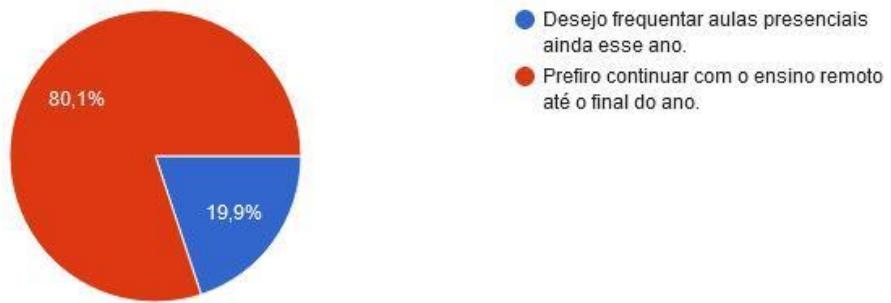
Em 5 de agosto a SEED enviou por SMS um *link* de pesquisa para os responsáveis dos alunos e membros da comunidade escolar sobre o retorno das aulas presenciais. O resultado dessa pesquisa não foi divulgado. No mesmo período, em uma enquete⁵ que realizei com alunos da disciplina de sociologia foi obtido o seguinte resultado:

⁵ Enquete aplicada no *Google Classroom* enquanto docente da disciplina de sociologia, nas turmas de ensino médio e médio técnico integrado do período da manhã e da noite no Colégio Estatal Professor Francisco Zardo, situado em Curitiba-PR.

Gráfico 1: Enquete com alunos da disciplina de Sociologia

Você estudante, deseja voltar a frequentar aulas presenciais ou prefere continuar apenas com o ensino remoto?

236 respostas



Fonte: Autoras.

Segue abaixo alguns comentários dos estudantes que participaram da enquete:

Ninguém está satisfeito com o atual sistema de aulas, é desagradável para todos, mas no momento é o melhor que pode ser feito, não é momento de se preocupar com a educação presencial e sim na diminuição de casos e mortes pelo covid19. Geraria muito tumulto as aulas presenciais, difícil conter alunos saudosos, além de que as escolas públicas não tem verba suficiente para seguir as normas de segurança (A, 2020).

Acho a proposta válida, porém não me sinto segura em retornar às aulas sem ter uma vacina para todos, pois a curva de contágio ainda está elevada e com o retorno, mesmo após a queda a tendência é que ela volte a subir. Além disso, por ter mãe portadora de doença crônica, sendo, portanto, do grupo de risco não me sinto segura de sair correndo o risco de trazer o vírus para dentro de casa (B, 2020).

Eu acho q voltar as aulas ainda sem terem colocado uma vacina (já testada) nos postos de saúde é uma coisa irresponsável pois a maioria se não todos os alunos ainda não entendem a importância de usar as máscaras e nem de usar o álcool em gel, e outra na França e Estados Unidos eles voltaram as aulas e já tiveram q parar pois os casos voltaram a aumentar, e já que aqui no Brasil ainda nem diminuiu acho q não seria prudente voltar as aulas esse ano, minha opinião sobre a volta do ensino seria q deveriam cancelar as aulas totalmente, tipo cancelar esse ano de ensino pois a maioria dos alunos não está aprendendo absolutamente nada com as aulas online (C, 2020).

Acho interessante à volta as aulas de modo presencial. Mas acredito que se essa retomada acontecer, que seja de modo mais seguro e cuidadoso possível, para que assim não haja comprometimento de nossa saúde (D, 2020).

Gostaria que as aulas presenciais voltassem esse ano, pois as aulas online são muito complicadas de se acompanhar e muito difícil de se compreender o material apresentado mesmo sendo ótimos professores apresentando o material e com o estudo a distância é complicado de se tirar dúvidas pois sempre a algo a mais (E, 2020).

Com as aulas presenciais aprendemos bem mais, aprendemos de verdade, porque a distância é meio complicado (F, 2020).

Nota-se que maior parte dos alunos (80,1%) está preocupada com retorno da aula presencial devido à propagação do coronavírus e por este motivo prefere continuar os estudos no AVA. Todavia, os relatos selecionados evidenciam que os estudantes não estão satisfeitos com o ERE e preferem as aulas presenciais no que tange ao processo de ensino-aprendizagem.

A APP-Sindicato sempre se manteve em oposição ao retorno presencial sem que houvesse vacinação. Em assembleia on-line da categoria, realizada no dia 12 de setembro, foi aprovada greve caso o governo determinasse a volta às aulas presenciais durante a pandemia. Da parte do poder executivo, o retorno presencial não ocorreu no mês de setembro e a SEED anunciou um estudo para retorno de apenas 2% da rede estadual de ensino, com consulta da comunidade escolar, unicamente em localidades seguras, indicadas pela Secretaria da Saúde, mantendo-se 98% da rede exclusivamente com aulas não presenciais.

No dia 9 de outubro o Governo do Estado, publicou a Resolução n.º 1231 - SESA para autorizar a retomada presencial da grade de atividades extracurriculares na rede estadual de educação a partir do dia 19 de outubro. Tal medida também contemplava as escolas municipais e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Essa retomada presencial foi facultativa, sem prejuízo para quem optasse com o ERE. Contudo, para o aluno frequentar essas aulas os pais ou responsáveis deveriam assinar um termo de compromisso de cumprimento de diretrizes estabelecidas no protocolo de segurança.

Em 26 de novembro o Governador do Estado, em entrevista coletiva a imprensa, disse que nos dez dias de retorno das aulas extracurriculares e reforço escolar não houve problema de segurança para os professores e alunos, e que se o índice de contaminação do coronavírus continuasse caindo no Paraná a ideia é de que

a partir da 2^a quinzena se voltasse "próximo da normalidade para as aulas com os alunos de forma gradativa" (GI, 2020). No entanto, o retorno das aulas presenciais não ocorreu no ano letivo de 2020.

Em fevereiro de 2021, o governo elaborou um calendário de retorno às aulas presenciais com início previsto para 1º de março, mediante modelo híbrido de ensino. Os estudantes que desejassesem voltar para escola, deveriam assinar um termo de compromisso e os demais que optassem por não ir presencialmente, continuariam no ensino remoto via *Google Meet* e também pelas plataformas digitais do Aula Paraná, na TV aberta e no YouTube, ou por kit pedagógico impresso (PARANÁ, 2021).

Todavia, devido elevada taxa de contaminação e falta de leitos nos hospitais do Paraná para atendimento de pacientes com Covid-19, permaneceu a suspensão das aulas presenciais até o mês de maio de 2021. No mês de junho as escolas gradativamente foram aderindo ao modelo de ensino híbrido (EH), em que os docentes tiveram que atender os alunos de forma presencial e remota simultaneamente.

Relatos dos docentes de Sociologia sobre o ERE

Para compreender esse período de ERE, na dissertação de mestrado, foi aplicado no ano de 2020, questionário *on-line* semiestruturado⁶ no intuito de coletar relatos dos docentes de sociologia sobre as condições de ensino e trabalho remoto. Os depoimentos coletados nas questões abertas possibilitaram uma maior compreensão do ERE do ponto de vista dos docentes da disciplina de sociologia e evidenciaram o mal-estar ao utilizar palavras e expressões que demonstram sentimento de negatividade frente aos limites e adversidades que os docentes enfrentam em seu trabalho.

Na primeira questão aberta: "Nesse contexto de pandemia e trabalho remoto, que tipo de apoio você, enquanto docente, sente falta ou julga importante receber nesse momento?". Foi verificado a necessidade de apoio: psicológico, financeiro, tecnológico e capacitação. Também é citada: a valorização profissional, diálogo e

⁶ Questionário *on-line* semiestruturado com 24 perguntas (22 de múltipla escolha e 2 abertas) aplicado a 27 docentes de sociologia de Curitiba e Região Metropolitana, que compõe dissertação de mestrado disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599038>> Acesso em: 26. mai. 2021.

menos cobranças por parte da mantenedora, compreensão, colaboração e apoio da direção escolar e equipe pedagógica, necessidade de compartilhamento e troca de ideias entre docentes. Segue abaixo, relatos dos docentes:

O governo do PR deveria disponibilizar equipamentos tecnológicos individuais aos docentes como notebooks, smartphones, câmeras, etc para possibilitar o trabalho remoto. Além disso, apoio psicológico e emocional também se faz necessário nesse contexto, porém o que está ocorrendo é justamente o oposto (ameaças, sobrecarga de trabalho, perseguições, assédio moral, por parte do governo sobre as/ os docentes).

Compartilhamento de experiências no trabalho remoto. Não há reuniões entre professores para falarem o que estão fazendo, para darem ideias uns para os outros. A solidão pedagógica é o mais marcante.

Na segunda questão aberta: “Descreva como têm sido sua experiência docente com o trabalho remoto e o ensino de sociologia nesse contexto de ensino remoto emergência:”. Em relação ao ensino é citada à falta de interação e pouca participação dos alunos no AVA, além da dificuldade de aprendizagem nesse modelo de ERE. Tal situação preocupa os professores que nas respostas mencionam a questão da aprendizagem e o abandono escolar nesse momento de pandemia. Segue abaixo, relatos dos docentes:

Muitos alunos estão excluídos do processo da aprendizagem por mais que estejamos buscando várias alternativas para que não tenha muita evasão. que é um desafio no presencial também (G, 2020).

Dentro da minha prática, tento formular as tarefas com o mesmo conteúdo da SEED para que estudantes consigam fazer que seja acessando os slides das vídeo-aulas. Tenho quase 400 alunos e não mais que 10 participam dos *meets*, então, deixo que eles coloquem suas dúvidas para abordagem dos temas, no entanto, majoritariamente os *meets* têm se transformado menos em espaço de dúvidas sobre as aulas da SEED e mais em acolhimento das inquietações com o atual momento, espaço de fala sobre as dificuldades de cada um com a conjuntura e a partir daí consigo mediar algumas leituras, debates, conversas, mas tento não fazer disso mais um “conteúdo”, a despeito de considerar que esse espaço de conversa está atravessado pela reflexão sociológica, pq eles estão sobrecarregados de tarefas e aulas o que, por sua vez, tem adoecido a eles e a nós (H, 2020).

Decepcionante. Não consigo contato com alunos/as. Não conseguimos dialogar sobre os conteúdos da disciplina. Eles estão cansados e desestimulados com este modelo, o que é perfeitamente compreensível (I, 2020).

A modalidade "remota" é estéril. efetivamente não há interação entre o professor e os estudantes, apenas uma forma "burocrática de manutenção de contato" que desconsidera o processo integrado de ensino-aprendizagem (J, 2020).

Nos relatos coletados também tem destaque o aumento do trabalho docente, o consequente sentimento de cansaço e exaustão frente à nova demanda imposta e as cobranças por parte da mantenedora. Também é mencionada dificuldade de transposição de conteúdos no ERE. Para exemplificar essa situação, segue abaixo o relato de um docente de sociologia da rede pública estadual de ensino, descrevendo o trabalho remoto realizado no ERE:

Minha experiência docente tem sido muito exaustiva nesse contexto de pandemia. Devido às ameaças e constantes cobranças, tendo trabalho muitas vezes além de minha carga horária. Tenho utilizado momentos de descanso para realizar atividades da escola. Além das atividades disponibilizadas na plataforma Google Classroom, preciso preparar quinzenalmente atividades impressas aos estudantes sem internet. Além de alimentar frequências/ausências dos estudantes e inserir conteúdos das aulas no RCO constantemente. Tenho procurado fazer atividades diferenciadas, porém há muitos limites impostos pelo modelo remoto. Enfim, aumentou o controle e a vigilância sobre meu trabalho nesse período de pandemia (K, 2020).

Apenas três relatos se apresentaram de forma mais positiva, um descrevendo a experiência como “boa” e outros dois evidenciando a gravação de videoaulas para o ensino de sociologia no AVA.

A gravação de aulas tem sido uma experiência interessante, mas que retira um componente importante da aprendizagem em sociologia que é o debate e a discussão (L, 2020).

Eu tenho um canal no Youtube e meus vídeos de 10 a 20 minutos já estavam quase todos prontos quando a pandemia chegou. Mando meus vídeos e proponho que eles escrevam e relacionem com situações. Não usei nenhum material fornecido pela seed. E meus alunos agradeceram enormemente. Para eles, o conteúdo ser ministrado pelo próprio professor é algo realmente significativo (M, 2020).

Contudo, de acordo com os resultados da pesquisa mencionados acima é nítida a sobrecarga laboral, estresse, esgotamento físico e mental na classe dos professores, que além de lidarem com todos os impactos da pandemia e do

distanciamento social em sua vida pessoal, também tiveram que lidar com as cobranças e exigências da mantenedora para alcançar os índices desejados e cumprir as metas estabelecidas (GUIMARÃES, 2021).

Além disso, de acordo com o relatório técnico da pesquisa nacional “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”:

Os docentes foram convocados, na maioria dos casos, a realizarem seu trabalho de outra maneira, em outros contextos, inclusive virtual, adaptando suas atividades, desenvolvendo habilidades para lidar com novas ferramentas e metodologias para responder a essa situação inteiramente inusitada (GESTRADO, 2021, p.21).

As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas (GESTRADO, 2021, p.9).

No caso específico da Rede Estadual de Ensino do Paraná, além do desafio de utilizar diferentes recursos tecnológicos necessários para realizar o trabalho remoto, os professores tiveram que aprender a trabalhar remotamente sem uma capacitação prévia para compreender as funcionalidades do ambiente virtual de aprendizagem.

Ainda em relação ao trabalho remoto docente, cabe salientar que a reforma trabalhista por meio da Lei 13.467/2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e apresentou em seu texto a normatização do teletrabalho, através dos artigos 75-A ao 75-E, em que

Art. 75-B Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017).

Outro elemento fundamental nas relações teletrabalhistas é a utilização da tecnologia de informação e da comunicação, para tanto a legislação trata do fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária para o teletrabalho

Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem

como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito (BRASIL, 2017).

Todavia, os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná tiveram que se adaptar ao trabalho remoto utilizando equipamentos tecnológicos particulares, pois não foi oferecida ajuda de custo por parte da SEED para compra de equipamentos tecnológicos e estrutura física adequada com internet de qualidade, cadeiras e mesas ergonômicas. Desse modo, a residência dos docentes precisou ser adaptada às necessidades de trabalho remoto, sem o devido suporte financeiro para tal (GUIMARÃES, 2021).

Conclusão

O ERE implantado no estado do Paraná apesar de suas limitações, disponibilizou aulas remotas, conteúdos e atividades numa tentativa de reduzir o impacto da suspensão das aulas presenciais no calendário letivo. No intuito de evitar futuras reposições de aulas aos professores e alunos, mantendo o distanciamento social enquanto necessário para evitar a propagação do coronavírus.

Nessas condições emergenciais, a mantenedora teve pouco tempo para planejar o ERE. Contudo, não houve uma ampla discussão sobre sua implementação junto à comunidade escolar e sobre quais seriam as práticas educacionais a serem desenvolvidas remotamente. A proposta de ERE elaborada pela equipe diretiva da SEED não levou em consideração à preparação dos docentes e o acesso a equipamentos tecnológicos necessários para o ensino remoto. O ERE, assim como a EAD, também necessita de mobilização de recursos financeiros e de uma formação específica e em larga escala para os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

O trabalho remoto e o ensino a distância são exemplos de uma sociedade que caminha para a revolução digital. Entretanto, as desvantagens ao longo desse processo precisam ser consideradas, principalmente no que tange ao ensino público gratuito. Por mais que as tecnologias educacionais sejam promissoras, seus resultados positivos só aparecem quando são utilizadas por profissionais devidamente capacitados para essa demanda e com a efetiva participação dos estudantes no ambiente virtual de

aprendizagem. Sem a devida qualificação profissional e democratização dos recursos tecnológicos públicos os resultados não serão promissores.

A eficácia do ERE ofertado no período da pandemia, ainda é uma incógnita, assim como tudo o que têm sido feito nesses tempos de coronavírus. O impacto na vida de estudantes e professores já está sendo verificado e os investimentos realizados na implementação do ERE continuam em uso nas instituições de ensino até o momento. Contudo, não podemos pensar em uma educação de qualidade se deixarmos de valorizar o professor, garantindo melhores condições para o exercício da sua profissão. Condições estas que, dado a análise aqui empreendida, estão longe de serem alcançadas.

Referências

APP-SINDICATO. Sem licitação, **Ratinho torra mais de R\$ 22,1 milhões para implantar EaD que não funciona**. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/semlicitacao-ratinho-torra-mais-de-r-221-milhoes-para-implantar-ead-que-nao-funciona/>> Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. **Lei 13.467/17, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acessada em: 21 nov. 2018

BRASIL, **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-março-de-2020-248564376>> Acesso em: 30 mai. 2020.

GESTRADO. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Relatório Técnico. UFMG, 2021. Disponível em <<https://gestrado.net.br/pesquisas/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GUIMARÃES, L. M. S. **O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19**. Dissertação. Mestrado Profissional em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2021.

PARANÁ (Estado), **Decreto nº 4.258, 17 de março de 2020.** Disponível em: <<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-n%C2%BA-4258-i-DOE-incluindo-a-rede-privada.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), **Resolução n.º 15/2018 – gs/seed.** Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/qas/uploads/2688/resolucao_distribuicao_15_2018gsseed.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), **Resolução Seed nº 1.016 – 03/04/2020.** Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1016_2020_gs_seed_pr_regime_especial_aulas_nao_presenciais_covid19.pdf> Acesso em: 01 mai. 2020.

RPC. Governador do Paraná diz que aulas presenciais da rede estadual podem voltar em novembro. G1. Curitiba. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/10/26/governador-do-parana-diz-que-aulas-presenciais-da-rede-estadual-podem-voltar-em-novembro.ghtml>> Acesso em: 29 nov. 2020.

TIC DOMICÍLIOS 2018. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.